



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

1. ABERTURA

Aos vinte cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta e seis minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Gabinete da Presidente

1. CIMRL - Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros (Lei n.º 52/2015, de 9 de junho)

B. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2020
- 1.2. Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar aos prédios urbanos em 2020
- 1.3. Participação variável no IRS
- 1.4. Lançamento de Derrama para cobrança em 2020
- 1.5. Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento – Protocolo de Colaboração
- 1.6. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Pedido de cedência de transporte, de autorização para utilização dos balneários e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.7. União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral Feira da Castanha e do Mel – Pedido de cedência de autocarro
- 1.8. FiCTA EDITORA | NO PONTO – Edição do livro “A Doçaria Portuguesa – Centro” – Apoio
- 1.9. Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Clube do Ambiente – Pedido de cedência de espaço no mercado municipal e isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.10. ADSL - Agência para o Desenvolvimento da Serra da Lousã – Candidatura à Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior – Pedido de carta conforto

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

- 2.2. Pagamentos
 - 3. Setor de Ambiente
 - 3.1. Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios 2020-2029
- IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

Foram presentes as atas n.ºs 14/2019, 15/2019 e 16/2019, referentes às reuniões dos dias 30 de julho, 9 de agosto e 30 de agosto, respetivamente, tendo a Sra. Presidente perguntado aos Srs. Vereadores se tinham tido oportunidade para as analisar e se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração às mesmas.

No seguimento, os Srs. Vereadores do PS apresentaram um pedido de desculpa uma vez que, contrariamente àquilo que haviam dito na reunião anterior, não tiveram possibilidade para analisar e enviar as notas relativas às atas em questão.

Perante isto, a Sra. Presidente referiu que a sua votação ficaria adiada para próxima reunião de câmara.

Em seguida, informou que não foi possível concluir as atas em falta, nomeadamente as atas n.ºs 17/2019, de 13 de setembro, 18/2019, de 27 de setembro, e 19/2019, de 18 de outubro, pelo que a sua votação também ficaria adiada para próxima reunião de câmara.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por prestar as seguintes informações:

- Através de ofício de 18/10/2019, veio a Liga Portuguesa Contra o Cancro informar que irá realizar o habitual peditório nacional nos próximos dias 31 de outubro e 1, 2 e 3 de novembro.

Mais informa que o Grupo de Voluntariado Comunitário de Castanheira de Pera, juntamente com o Diretor e alguns alunos da Escola Básica de Castanheira de Pera aventaram a possibilidade de, para além das datas já autorizadas pelo Ministério da Administração Interna para o peditório de âmbito nacional, procederem ao desenvolvimento de uma angariação de fundos de âmbito municipal, no dia 30 de outubro, o que será autorizado.

- Através de e-mails de 22/10/2019, o Município da Lousã veio comunicar que seriam realizadas obras de reparação na estrada de acesso ao Trevim.

As referidas intervenções têm data de início prevista para a próxima segunda-feira, dia 28 de outubro.

Considerando a necessidade de alguns esclarecimentos relativamente ao(s) troço(s) da jurisdição deste Município, encontram-se a ser encetadas diligências para o efeito, após o que o Município deverá tomar decisão sobre a matéria.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

Considerando a urgência advinda da previsão para o início da obra, poderá haver necessidade de recorrer à faculdade prevista no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Câmara municipal tomou conhecimento.

Em complemento, o Sr. Vereador João Graça prestou informação de que na passada segunda-feira havia ocorrido uma reunião da rede de bibliotecas “Terras de Monsalude”, projeto executado em parceria com os Municípios de Pedrógão Grande e de Figueiró dos Vinhos, que visa a agregação do espólio cultural e histórico destes territórios. Acrescentou que o Município se encontra na fase de recolha de património imaterial, que incluirá a realização de entrevistas com o objetivo de recolha de informações acerca das tradições, cultura e história do nosso território. Comentou o facto de o Município de Figueiró dos Vinhos já se encontrar numa fase avançada, em virtude de ter tido um projeto anterior com o mesmo objeto, o que facilitou a recolha dessa mesma informação.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente informou que se encontra aberto um aviso, até ao dia 31 de outubro, que permite que os Municípios efetuem uma candidatura para a instalação e reabilitação de um espaço onde seja albergado o Centro Municipal de Proteção Civil, acrescentando que o referido aviso exigia o Parecer Prévio da ANPC (Autoridade Nacional de Proteção Civil) que deveria ser solicitado até à passada sexta-feira, o que veio a ocorrer, encontrando-se o Município a aguardar o seu envio para que possa submeter a candidatura em causa.

Prosseguindo, referiu que o executivo considera que o Centro Municipal de Proteção Civil deve ser constituído num espaço detido pela Câmara Municipal, apontando para o efeito, uma loja da Praça da Notabilidade, pois, na eventualidade de existir a necessidade de deslocação de meios, aquele espaço detém características singulares no que se refere aos acessos e ao espaço em si.

Para além disto, a Sra. Presidente informou que relativamente à transferência das competências do Município para a Empresa Intermunicipal de Águas, no dia anterior houve lugar a entrevistas individuais com os colaboradores do Município afetos aos setores das águas e saneamento. As referidas entrevistas foram realizadas pelos Recursos Humanos da empresa em questão, com o objetivo de saber quantos e quais os colaboradores que pretendiam transitar para a empresa intermunicipal de águas.

Uma vez que nela não participaram elementos da Câmara Municipal, a Sra. Presidente referiu que ainda não tem informação se alguém pretende transitar.

Solicitou a palavra o Sr. Vereador Nuno Tomás para informar os presentes que no âmbito das candidaturas dos regadios, o Município recebeu informação de que três teriam sido aprovadas, designadamente os regadios do Vilar, Sapateira e Palheira-Corga e que somente a do Bolo não teria sido alvo de aprovação em virtude da falta de dotação orçamental, mas que esta última ficaria em carteira, para que pudesse no futuro ser concretizada.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

Novamente no uso da palavra, a Sra. Presidente transmitiu que na próxima segunda-feira (dia 28 de outubro) será realizada uma reunião da Comissão de Toponímia, que terá como objeto a análise da toponímia das aldeias, em relação às quais já fora emitido o parecer da União de Freguesias, assumindo que o processo decorrerá de forma faseada.

Seguidamente, e sem outras informações a prestar, a Sra. Presidente concedeu a palavra aos Srs. Vereadores do Partido Socialista.

No uso da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que os Vereadores do Partido Socialista, tendo em consideração o sucedido na anterior reunião de Câmara, tiveram necessidade de ponderar o que iria por eles ser dito nesta reunião, uma vez que consideram que não se pode *“fingir que nada aconteceu”*, e que *“as coisas foram como foram, e o pior que podemos fazer é varrer para debaixo do tapete”*.

Desta forma, e antes de mais, afirmou que ambos prescindiriam da senha de presença daquela reunião, tendo posteriormente questionado o que ocorreu após a sua saída da reunião como forma de protesto, nomeadamente, se teria havido ou não decisão acerca daquela deliberação concreta e qual o entendimento do executivo relativamente ao sucedido. Para além disto, interrogou acerca das consequências jurídicas daquela tomada de posição na anterior reunião.

Em virtude do que foi questionado, a Sra. Presidente referiu que do ponto de vista jurídico, os Srs. Vereadores do Partido Socialista estariam informados das consequências que poderiam advir na sequência daquela tomada de posição em sede de reunião anterior.

De novo no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes manifestou que têm conhecimento de que, do ponto de vista legal, e tratando-se de um órgão colegial, os Srs. Vereadores estariam adstritos a uma obrigação de votar a referida proposta.

De novo no uso da palavra, a Sra. Presidente acrescentou que mesmo sabendo isso, os Srs. Vereadores do Partido Socialista acabaram por abandonar a reunião, não havendo enquadramento justificativo da referida ausência, quanto às consequências solicitou que a Dra. Bernardina as enunciasses.

Intervindo, a Dra. Bernardina mencionou que não teriam direito às senhas de presença, e que a situação poderia gerar a marcação de falta não justificada.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes afirmou que presumiram que, após a sua saída, a reunião terá continuado, sendo que, relativamente àquela deliberação em concreto, e estando a Sra. Presidente impedida ou tendo pedido escusa da votação, não haveria quórum para a aprovação da mesma, acrescentando que apesar de existir quórum para continuar a reunião, naquele ponto específico não existia.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

Tendo obtido confirmação da Sra. Presidente, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes expôs que na sequência do sucedido, deve ser considerado que desde o primeiro dia em que o assunto foi abordado pelos Srs. Vereadores, o objetivo primordial seria, de facto, diligenciar no sentido de proporcionar um regulamento que vá ao encontro das legítimas expetativas dos proponentes, mas sobretudo daqueles que serão os beneficiários.

Reafirmou que o posicionamento dos Srs. Vereadores do Partido Socialista continua a ser ditado no prisma do diálogo, de abertura, para a construção de um Regulamento o mais consensual possível, e que não ponha em causa aquilo que é a capacidade financeira do Município, *“porque senão seria fácil para nós aventarmos aqui percentagens sem conhecer o efeito prático, que compreenderá, não temos dados que possamos estar aqui a dizer que vamos oferecer 70% por exemplo das cantinas aos filhos dos Bombeiros, não sabemos qual é o impacto financeiro nos cofres do Município”*.

Com isto, reafirmou novamente que continua a ser opinião dos Srs. Vereadores do PS, que o Regulamento seja criado à luz dos mais basilares princípios da democracia, isto é, que o mesmo seja elaborado de forma participada, solução que será seguramente mais proveitosa para todos, mas principalmente para os seus beneficiários.

Prosseguindo, e ressaltando não desejar criar cicatrizes ou aprofundar feridas, naturalmente, manifestam *“repúdio e incompreensão”* pela forma como os trabalhos sobre aquele ponto foram conduzidos, e que, portanto, em momento algum, puderam rever-se no processo adotado de *“alguma asfixia democrática que para nós é absolutamente inconcebível e com o qual não podemos pactuar, e portanto, não encontrando outra forma eficaz de produzir protesto, sentimos que tínhamos de abandonar a reunião”*.

Ressaltou que mesmo tratando-se de uma reunião de carácter político, não deve deixar-se, de forma alguma, que o diálogo político possa contaminar aquilo que são as relações entre os presentes quando abandonam a casa da democracia. No entanto, também não poderão admitir, mesmo no âmbito do debate político, determinados posicionamentos que, do ponto de vista dos Srs. Vereadores do PS, violam de forma gravosa os mais básicos princípios da democracia.

Continuando, referiu que sobre a matéria em concreto, e tendo os Srs. Vereadores exigido que a proposta acerca da criação do regulamento fosse debatida e alvo de deliberação em sede de reunião seguinte, os Srs. Vereadores perceberam que o executivo deixara de ter margem para adiar o problema, e que teriam tentado subverter aquilo que têm sido as diversas circunstâncias em que os Srs. Vereadores do PS colocaram a questão do Regulamento, de forma a, e com isso, subverterem a verdade dos factos.

Ainda no uso da palavra, e fazendo prévia ressalva de que esta constitui a interpretação feita pelos Srs. Vereadores do PS sobre o sucedido na reunião anterior, referiu que ficaram claramente com a sensação de que o assunto teria sido trazido mediante determinada cartilha *“e portanto, a sensação com que ficámos quando abandonámos a reunião foi que, de facto, aquele assunto foi trazido quase como uma cassete, debita-se toda a informação, debita-se o conteúdo da deliberação, debita-se como é que se vai fazer o enquadramento daquela deliberação e quando se acabou a cassete ou se tentou virar para o lado*



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

B, o lado B estava vazio. E então quartou-se a capacidade de intervenção dos Vereadores do PS”.

Mais acrescentou que tal se revela inadmissível à luz dos valores que devem ser preservados e aprofundados, como o debate democrático, o exercício da divergência e o exercício do diálogo.

Constatou, assim, que o que se verificou foi uma circunstância lamentável para todos, uma vez que o papel dos Srs. Vereadores do PS foi colocado em causa de uma forma flagrante, dificultando a tarefa dos mesmos de sustentar o que têm vindo a fazer.

Desta forma, e de modo a evitar que tal situação aconteça novamente, solicitou que se assuma como é que se fará, em diante, no decorrer do mandato. *“E portanto, a questão que se coloca para isto não voltar a acontecer, porque de facto, nós não queremos que isto volte a acontecer e acho que nenhum de nós poderá querer que isto volte a acontecer e a repetir-se, é que de facto, assumamos de uma vez por todas como é que vamos fazer no resto do mandato. Se contam connosco, contam connosco na íntegra. Se não contam connosco é preferível que no-lo digam, com abertura, com transparência, e nós naturalmente reagiremos em conformidade. Se estamos aqui a fazer alguma coisa ou se não estamos, o que vimos aqui fazer. Se só contam com a oposição para vir aqui aprovar pedidos de apoio e não sei quê, pois terá que ser isso e assumirão as consequências dessa postura. Se quiserem contar connosco para dialogar, para participar, para construir, para melhorar, pois contarão de corpo inteiro.”*

Prosseguindo, afirmou que não vale a pena extremar posições, mas que de facto não foi agradável o que aconteceu em sede de reunião anterior.

Efetou então um pedido de desculpas, na eventualidade de os Srs. Vereadores do PS não terem, em algum momento, conseguido estar “à altura” do sítio onde se encontram, desejando acima de tudo que haja uma clarificação das posições de todos.

Por fim, frisou que estão, todos, em representação de quem os elegeu democraticamente e com legitimidade, pelo que todos têm de ser capazes de estar “à altura” das responsabilidades atribuídas. Desta forma, salientou que tem de existir *“aqui abertura de parte a parte, os Senhores têm de interiorizar isso porque senão estaremos aqui a envergonhar quem nos elegeu”*.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente afirmou que o sucedido na reunião anterior incomodou todos os presentes, confessando que não esperava aquela reação por parte dos Srs. Vereadores do PS, até porque consta especificamente da referida deliberação que aquela consubstanciava uma proposta do Partido Socialista.

Seguidamente referiu que a leitura que fez daquela tomada de posição foi que os Vereadores do PS pretendiam que aquela proposta fosse taxativamente apresentada por eles, deixando de lado aquilo que seria o benefício dos Bombeiros, tendo ressalvado que não se poderá pronunciar relativamente a uma situação à qual não assistiu.

Prosseguindo, reafirmou ter conhecimento da existência de um documento de trabalho, que exibiu, e que, grosso modo, aquele regulamento já estaria a ser



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

elaborado, embora seja exigível, em seu entender, a participação de todos, desde políticos, aos interessados, passando pela sociedade civil.

Prosseguindo, referiu que o relevante são os benefícios que podem ser usufruídos pelos Bombeiros, e que deve ser tida em conta o interesse e a vontade destes. Por fim, salientou que sua opinião é que não vale a pena andar de costas voltadas e que sempre contou com todos, não só os Srs. Vereadores, mas com toda a comunidade.

Solicitou a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes afirmando que a Sra. Presidente se acabara de contrariar, porque se por um lado demonstrou uma abertura ao diálogo e afirmou que contava com os Srs. Vereadores do PS, por outro lado, apresentou um rascunho de um documento de trabalho que nunca teria sido mostrado aos Srs. Vereadores.

Interrompendo a Sra. Presidente afirmou que, conforme já esclareceu, aquele documento consubstancia uma proposta de trabalho, referindo que os Srs. Vereadores podem sempre apresentar outras soluções ao conteúdo do documento, antes de vir a reunião de Câmara.

Prosseguiu o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, referiu que a Sra. Presidente, de alguma forma, se contradiz, mais acrescentando que também se assumiria fácil para os Srs. Vereadores realizarem uma busca no Google dos regulamentos de outros Municípios, no entanto nunca o fizeram, uma vez que o princípio que presidiu à proposta de criação do regulamento foi sempre o de elaborarem uma coisa em conjunto. No seu entendimento e do Sr. Vereador António Antunes, seria bem mais interessante que o documento surgisse da discussão em reunião de Câmara.

A Sra. Presidente pediu então à Dra. Bernardina que prestasse alguns esclarecimentos sobre a tramitação exigida para a criação do regulamento em causa.

Interveio a Dra. Bernardina esclarecendo que, primeiramente deve haver aprovação da deliberação que determine a criação do regulamento. Isto possibilitará que os interessados se constituam como tal e possam vir junto da Câmara, dar o seu contributo na delineação do conteúdo do mesmo. Posteriormente, constituem fases do procedimento a aprovação do regulamento, a discussão pública e a aprovação pela Assembleia Municipal.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes afirmou que o que aconteceu anteriormente se assume como um paradoxo, desde logo porque foi solicitado pelos Srs. Vereadores do PS a proposta de deliberação em causa, atempadamente, por forma a consultar os seus termos e, por conseguinte, conseguirem preparar a sua intervenção, e a mesma não lhes foi remetida. Interrompendo, a Sra. Presidente referiu que se tornou impossível a remessa da deliberação em tempo oportuno.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

Interveio então o Sr. Vereador João Graça manifestando que conta com a colaboração dos Srs. Vereadores do PS para o aperfeiçoamento e construção do Regulamento de Incentivos aos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, não acrescentando nenhum apontamento ao sucedido na reunião anterior.

No uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes começou por fazer suas as palavras do Sr. Vereador Gonçalo Lopes, quer relativamente à questão das senhas de presença, mas principalmente *“em relação aquilo que, não digo dignificar esta sala, todos nós, mas temos de perceber duas ou três coisas que está aqui um bocadinho inerente a esta tomada de posição”*. Enunciou que os Vereadores do PS são compreensivos relativamente às dificuldades sentidas a nível de recursos e da carência de tempo dos membros do executivo, não podendo, contudo, deixar de reiterar que quando os Vereadores do PS trazem algum assunto ou propõem a sua discussão é com o objetivo de contribuir e melhorar tudo aquilo que possa ser importante para o concelho, pois, afirmou *“Nós não estamos a criticar ninguém da Câmara Municipal, percebemos as vossas dificuldades e a vossa falta de tempo, mas temos feito um trabalho minimamente sério, e quando trazemos e propomos e falamos de determinados assuntos é com o objetivo claro de contribuir e para melhorar tudo aquilo que possa ser tomado em consideração para o nosso concelho.”*

Prosseguindo, afirmou que, *“de facto, esta questão do regulamento foi quase que o culminar de uma situação que tem sido amplamente debatida em diversas reuniões e que a propósito de uma deliberação e uma tomada de posição menos feliz, sentimo-nos ofendidos relativamente, e não consigo dizer isto de outra forma, sentimo-nos ofendidos relativamente à vossa boa vontade e à vossa seriedade no trabalho que temos vindo a desenvolver.”*

Ainda a propósito do sucedido na reunião, referiu que existiam dúvidas técnicas relativamente àquela proposta, existiam dúvidas na redação daquela deliberação, uma vez que a mesma não correspondia ao que havia sido solicitado aquando da apresentação da proposta pelos Vereadores do PS.

Por fim, solicitou que a ata da reunião ocorrida no dia 18 de outubro fosse redigida *“ipsis verbis”*, para que não se tenha de retomar e discutir novamente aquele assunto.

No uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes manifestou compreensão pelo receio do Vereador António, clarificando que nos discursos onde existissem dúvidas se redigissem *ipsis verbis*, por forma a não existirem segundas interpretações do que foi dito.

Acrescentou que no entendimento dos Srs. Vereadores do PS, e relativamente à existência de um esboço de regulamento, que *“não é assim que as coisas se fazem”*, questionando a razão pela qual a Sra. Presidente não mostrou aquele documento quando foi debatida a possibilidade de criação do regulamento pela primeira vez, e por que razão não o trouxe na semana anterior, quando a deliberação foi apresentada.

Na sequência, a Sra. Presidente referiu que poderia ter trazido aquele documento na reunião anterior. Referiu que da primeira vez em que foi debatido o



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

tema, questionou os Srs. Vereadores se desejariam que fosse buscar os quatro regulamentos que tinha na secretária, mas que tal não tinha ficado evidenciado na ata.

Seguidamente interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes manifestando que não lhe parece que hoje seja o momento oportuno para informar da existência daquele documento, que o mesmo deveria ter sido comunicado anteriormente, referindo que *“ficava melhor vir com umas folhas brancas e dizer assim, vamos preencher estas folhas como se uma proposta fosse. Isso é que era.”*

Atalhando, a Sra. Presidente reiterou que aquele documento hoje referido não constitui um documento concluído, tratando-se sim de um documento de trabalho, competindo também aos Vereadores do Partido Socialista participarem nele.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes afirmou que devem ser encontradas formas, devem ser criadas soluções, o trabalho deve ser colocado em prática, uma vez que os Bombeiros e os seus familiares merecem este agradecimento e ainda assim, será pouco, mas constituirá certamente um sinal evidente, claro e importante.

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para referir, ainda a propósito de propostas e pretensões que formulam em sede de reunião de Câmara, que apesar de não poderem alegar desconhecimento, por vezes é natural que tenham dúvidas sobre o enquadramento legal das mesmas daí que, estando presente a Dra. Bernardina solicitem o seu parecer, sendo esse o seu papel e bem.

Prosseguindo, questionou de que modo devem ser abordados os assuntos e as pretensões, se se poderá manter o registo seguido até agora, *“de formular a proposta na própria reunião”*, ou, se ao invés, têm os Srs. Vereadores, em sede de reunião anterior, informar que pretendem incluir determinado assunto na Ordem do Dia da reunião subsequente e fazê-lo por escrito, acrescentando que esta última opção se revela um pouco limitante da própria participação.

Continuando no uso da palavra, referiu que considera que seria uma iniciativa interessante a Câmara Municipal associar-se, por exemplo, ao Agrupamento de Escolas por forma a integrar como atividade extracurricular o ensino do láinte, enquanto traço cultural e identificador do nosso concelho, questionando a Dra. Bernardina se se podia fazer assim ou teriam os Srs. Vereadores que redigir uma proposta escrita para que o assunto agora referido pudesse ser discutido em sede de reunião futura.

Tomando a palavra, a Dra. Bernardina informou que a lei determina que as propostas de inclusão na ordem do dia devem ser formuladas por escrito com a antecedência e nos termos ali prescritos, mas que não via inconveniente em que se fizesse como até aqui, desde que a proposta ficasse clara, acrescentando porém, que a decisão teria de ser do executivo.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

O Sr. Vereador João Graça solicitou a palavra para alegar que, no seu entender, a realização desta iniciativa sob o molde de atividade extracurricular levanta alguns inconvenientes, desde logo pelos transportes e pela eventualidade de não existir horário onde se possa encaixar a referida atividade, e também porque considera que a iniciativa organizada sem que haja a colaboração com os docentes do Agrupamento poderá gerar pouca adesão por parte dos alunos.

Novamente no uso da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes esclareceu que tinha referido o Agrupamento, mas que a atividade pode ser realizada em colaboração com outras entidades, como por exemplo, as associações ou a Biblioteca. Para além disso, considerou que o projeto pode ser alargado também ao ensino de láinte a adultos, assumindo que ele próprio estaria interessado.

Posteriormente referiu também que a ação deve ter em conta a disponibilidade e vontade do S. Domingos em promover a referida atividade.

Posto isto, concordaram em aferir a disponibilidade e vontade do S. Domingos em desenvolver o referido projeto.

No seguimento, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes alertou para a necessidade de intervenção e reparação do Auditório localizado na Praça da Notabilidade, referindo que haverá mecanismos, até no âmbito da CIM, que permitam realizar uma intervenção naquele espaço.

Nesta senda, referiu a Sra. Presidente que já teria sido submetida uma candidatura nesse âmbito, sendo que ainda aguardam resposta da candidatura realizada ao abrigo da eficiência energética. Ademais concordou com as carências daquele espaço, tendo informado que solicitaram um orçamento para algumas reparações, designadamente áudio e climatização, e que o mesmo teria um valor previsto de cerca de setenta mil euros.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Antunes alertou para a existência de uma Portaria que prevê a instalação de painéis fotovoltaicos, considerando ser uma forma de minimizar a fatura energética do Município.

Esclarecendo, o Sr. Vereador Nuno Tomás informou de que já realizou contactos com algumas empresas para que se possa aferir o custo e possibilidade de instalação de painéis fotovoltaicos, não só na Biblioteca, mas também em outros edifícios municipais. Referiu que o objetivo não seria somente garantir o autoconsumo, mas também, e existindo essa possibilidade, produzir para a rede.

Em seguida o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou o que estaria a ser realizado em frente da sede da CERCICAPER, e a razão que levou ao corte da via, tendo o Sr. Vereador Nuno Tomás indicado que aquele troço foi realizado ao abrigo da empreitada dos incêndios de 2017 e que naquele timing não houve lugar à preparação do espaço atendendo à existência de um espaço verde, pelo que houve necessidade de realizar aquele corte para se proceder àquelas alterações. Por fim, referiu que obviamente, no momento do projeto e construção se tenta



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

equacionar todas as eventualidades, no entanto, materialmente nem sempre resulta como o projetado.

Solicitou a palavra o Sr. Vereador António Antunes para questionar acerca da estrada de acesso ao Trevim, assunto esse também já falado em sede de reunião da Assembleia Municipal pelo Deputado Jorge Nunes, alertando, ainda, para que o assunto não fosse esquecido, uma vez que os 1300 metros não se encontram contemplados naquele protocolo/contrato com as empresas eólicas.

A Sra. Presidente, após alguns esclarecimentos acerca do contrato em causa, informou que o troço pertencente ao Município de Castanheira de Pera se encontra incluído.

Intervindo de novo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que ao optarem pela regularização da via não estão a garantir a durabilidade da mesma, pelo que, na sua opinião, deveria ser escolhida uma solução melhor, até para evitarem futuros cortes e reparações na referida via.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

ORDEM DO DIA

4. CIMRL – ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (LEI Nº 52/2015, DE 9 DE JUNHO)

Presente minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros celebrado entre este Município e a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) em 03/08/2017, que contempla a transferência para aquela Comunidade das competências necessárias para a implementação da 2ª fase do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (planeamento do sistema de transportes a contratualizar, política tarifária e de financiamento, programas de concurso e cadernos de encargos, lançamento dos procedimentos concursais, e a contratualização da exploração do serviço público de transportes de passageiros), conforme definido no artigo 4º do aludido diploma.

Considerando as deliberações sobre a matéria em apreço tomadas, respetivamente, em reunião ordinária da Câmara Municipal de 11/11/2016 e em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 18/11/2016;

Considerando que os argumentos então aduzidos continuam plenamente válidos e que urge dar seguimento ao processo de contratualização da exploração do serviço público de transporte de passageiros, delegando na CIMRL as competências necessárias para o efeito, conforme o disposto no artigo 4.º do Anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

Considerando que para efetivar a referida delegação de competências se impõe a outorga de uma Adenda ao contrato interadministrativo já celebrado com a CIMRL e acima identificado;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto no artigo 128.º, em articulação com o estipulado pelo n.º 3 do artigo 81.º e em cumprimento do estabelecido na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere delegar na CIMRL as seguintes competências do Município, enquanto autoridade de transportes municipais relativamente ao serviço público de transporte de passageiros municipal:

a) A competência prevista no n.º 1 do artigo 4.º do RJSPTP para definição dos objetivos estratégicos do sistema de mobilidade, o planeamento, a organização, a operação, a atribuição, a fiscalização, o investimento, o financiamento, a divulgação e o desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros,

b) A competência prevista no n.º 3 do artigo 18.º do RJSPTP para preparar e aprovar o procedimento de seleção de operadores de serviço público, designadamente o programa de procedimento e respetivo caderno de encargos;

c) A competência prevista no artigo 19.º do RJSPTP para proceder à adjudicação da exploração do serviço público de transporte de passageiros por ajuste direto, nos casos legalmente previstos, ou prorrogação do prazo de um determinado contrato de serviço público, mediante acordo com o operador de serviço público;

d) A competência prevista no artigo 23.º do RJSPTP, para determinar as obrigações de serviço público ao operador, as quais devem ser formuladas de forma expressa e detalhada, por referência a elementos específicos, objetivos e quantificáveis, estabelecidas através de contrato a celebrar com o operador de serviço público, que incluirá a adoção do modelo de financiamento devido pelas compensações previstas ao abrigo 24.º do RJSPTP;

e) A competência prevista no artigo 11.º do RJSPTP para estabelecer mecanismos de financiamento das obrigações de serviço público de transporte de passageiros;

f) A competência prevista no n.º 2 do artigo 37.º do RJSPTP no que respeita ao serviço público de transporte escolar assegurado através do serviço público de transporte de passageiros regular ou flexível;

g) A competência prevista no n.º 2 do artigo 38.º do RJSPTP, para a aprovação dos regimes tarifários a vigorar no âmbito do serviço público de transporte de passageiros, assegurando a conformidade com a Portaria n.º 298/2018 e 19 de novembro e demais regulamentação aplicável;

h) A competência prevista no artigo 42.º do RJSPTP para fiscalizar e monitorizar a exploração do serviço público de transporte de passageiros;

i) As competências previstas no artigo 44.º do RJSPTP no que respeita aos procedimentos aí consagrados referentes ao incumprimento do serviço público de transporte de passageiros;

j) As competências previstas no artigo 45.º do RJSPTP no que respeita à aplicação de sanções contratuais;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

k) Demais competências necessárias para a prossecução das atribuições e competências de autoridade de transportes conforme definido no n.º 2 do artigo 4.º do RJSTP;

l) As competências materiais necessárias ao exercício dos poderes delegadas ao abrigo das alíneas anteriores.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere aprovar a minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros celebrado entre este Município e a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) em 03/08/2017, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante.

Propõe-se, ainda, que, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere submeter à autorização da Assembleia Municipal a outorga da aludida Adenda, nos precisos termos da minuta ora apresentada.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

5. TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2020

Estabelece o n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas – na sua última redação, que os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal, podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP).

Em conformidade com o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual, que não pode ultrapassar os 0,25/prct., sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do município, sendo o referido percentual aprovado anualmente por este até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência.

Por sua vez, nos termos do n.º 4 do referido preceito legal, nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento.

Face ao exposto, e à semelhança do que vem sendo habitual, propõe-se que, nos termos da alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a fixação da TMDP a aplicar durante o ano de 2020 em 0,25/prct..

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

6. TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A APLICAR AOS PRÉDIOS URBANOS EM 2020

Estipula o n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua última redação, que os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano sobre prédios urbanos, dentro do intervalo definido na alínea c) do n.º 1 do mesmo preceito legal (0,3/prct. e 0,45/prct.).

Considerando que, tal como já plasmado na deliberação tomada pela Câmara Municipal sobre esta matéria no ano transato:

- O IMI é um imposto que incide sobre as edificações, afetando, por isso, transversalmente, todos os sujeitos passivos, direta ou indiretamente, com necessárias repercussões no desenvolvimento concelhio nos mais diversos domínios;
- A carga fiscal em apreço (IMI) pode constituir um fator de incentivo ou de desincentivo à fixação de pessoas, singulares ou coletivas, e, simultaneamente, contribuir para a manutenção ou abandono da população residente;
- Se impõe ao Município efetuar uma ponderação sobre a carga fiscal que se integre na sua esfera de competências, conciliando os vários interesses envolvidos, na procura da solução que melhor satisfaça o bem-comum;
- Desse exercício de conciliação resulta a possibilidade de fixar uma redução da taxa deste imposto municipal, tendente a aliviar a carga fiscal de agregados familiares com dependentes a cargo;

Propõe-se que, nos termos da alínea c) do n.º 1, do artigo 33.º, conjugado com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a manutenção da taxa do imposto municipal sobre imóveis a aplicar sobre prédios urbanos durante o ano de 2020 em 0,35/prct..

Mais se propõe, que, nos termos dos preceitos legais referidos no parágrafo anterior e atendendo ao disposto no n.º 1 do artigo 112-A.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua última redação, a Câmara Municipal, também à semelhança do ano transato, delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a fixação de uma redução da taxa do IMI a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

DISCUSSÃO:



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

No uso da palavra a Sra. Presidente informou os presentes de que está a ser elaborado um trabalho relativamente ao agravamento do Imposto Municipal sobre Imóveis. Aquando do estudo desta possibilidade, haveria a possibilidade de aproveitar a zona delimitada pela ARU ou criar uma zona de pressão urbanística e com base nela realizar ao agravamento. Com isto, considerou-se que não haveria interesse em estar a delimitar uma zona, como por exemplo o centro histórico, e deixar outras bem perto, fora desta delimitação. Ademais, atendendo à dificuldade inerente à obtenção de informações que têm de ser comunicadas à AT, como a lista de imóveis devolutos e os seus respetivos números de matriz, os seus proprietários e os respetivos contribuintes. E considerando que mesmo aproveitando a delimitação da ARU é um processo moroso e que deve ser feito de forma correta, foi decidido manter a taxa durante o ano de 2020. No entanto, o trabalho de levantamento e identificação deverá ser continuado durante este ano para que se possa realizar o agravamento no ano subsequente. Por fim, solicitou que se os Vereadores tivessem informação de prédios devolutos e dos seus proprietários que as fizessem chegar.

Seguidamente o Sr. Vereador António Antunes expressou opinião no sentido de que o trabalho poderia ser realizado em conjunto, pelos cinco, tendo-se já chegado à conclusão que o perímetro teria de ser alargado nos termos já expostos pela Sra. Presidente.

Posteriormente interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes afirmando que têm a capacidade de perceber que não serão um conjunto de medidas avulsas capazes de solucionar um problema que se assume estrutural, carecendo a sua resolução de um enquadramento mais abrangente no que diz respeito à habitação e aos seus custos, salientando contudo, que deve ser uma prioridade de discussão. Ademais frisou que o nosso território se confronta com sérios problemas demográficos, bem como de sustentabilidade demográfica, e que, como tal, não pode haver demora na busca de uma solução, evidenciando que o concelho carece de uma solução pioneira.

Intervindo, a Sra. Presidente garantiu que, com toda a certeza, todos gostariam que as coisas tivessem outra velocidade apesar das condicionantes, o que nem sempre é possível.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

7. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS

Considerando que, de acordo com o estipulado pelo n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 /prct. no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do mesmo preceito legal, a referida participação depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos;

Considerando que, na ausência de deliberação ou de comunicação, o município tem direito a uma participação de 5/prct. no IRS;

Considerando que, caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima legalmente definida (5/prct.), o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo;

Considerando que Castanheira de Pera, assim como a generalidade dos territórios de baixa densidade, é fortemente afetada pela desertificação humana, o que acarreta debilidades a vários níveis, nomeadamente, sociais, económicos e culturais;

Considerando que se impõe a tomada de medidas tendentes a fomentar a discriminação positiva do território, que funcionem como âncoras para o desenvolvimento e como elementos diferenciadores e indutores da fixação de pessoas;

Considerando que fatores como o desenvolvimento socioeconómico e cultural, o emprego e a existência de uma boa rede de infraestruturas, aliados a uma carga fiscal atrativa, constituem, sem dúvida alguma, o território como um inegável polo de atração, ao mesmo tempo que aproveitam à população residente;

Considerando que é competência do Município tomar as medidas que se afigurem adequadas à concretização dos fins já referidos, onde a carga fiscal assume um papel de relevo, sem descurar, no entanto, a sua obrigação de garantir o equilíbrio das contas públicas, fatores que exigem, necessariamente, um exercício de conciliação entre ambas as realidades indispensáveis à satisfação do interesse público;

Propõe-se que, à luz do disposto nos preceitos legais supracitados, em conjugação com o determinado pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a manutenção da fixação da percentagem de 2,5 /prct na participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município de Castanheira de Pera, para vigorar em 2020.
DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

8. LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA COBRANÇA EM 2020

Considerando que, de acordo com o estipulado pelo n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua última redação, os municípios podem deliberar lançar uma derrama, de duração anual, até ao limite máximo de 1,5/prct., sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

peças coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;

Considerando o grave problema de desertificação humana com que se debatem os territórios de baixa densidade, como é o caso de Castanheira de Pera, e a importância em dar continuidade à implementação de medidas de discriminação positiva, que contribuam para combater a tendência de agravamento do mesmo;

Considerando que a dinamização do tecido empresarial existente e a atração de novos investimentos que concorram para fortalecer e diversificar a base económica do Concelho são fundamentais para fomentar o seu desenvolvimento socioeconómico de forma equilibrada e sustentada, com manifestos benefícios para a população;

Considerando que a promoção do emprego, fortemente associada ao crescimento da base económica local, aliada à existência de uma boa rede de serviços e de equipamentos sociais, são fatores diferenciadores e preferenciais para a fixação das pessoas num determinado território;

Considerando que é apanágio do Município tomar as medidas que se afigurem adequadas à concretização dos desideratos já enunciados, nomeadamente no que concerne ao alívio da carga fiscal no âmbito das suas competências, o que no caso concreto da derrama se satisfaz com o seu não lançamento, funcionando, assim, como base catalisadora ao nível económico, potencialmente capaz de irradiar benefícios para todos os espectros da sociedade, sem pôr em causa o interesse público subjacente, cujo cumprimento é exigível aos órgãos municipais;

Propõe-se que, tal como no ano transato, a Câmara Municipal delibere não proceder ao lançamento de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para o ano de 2020.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes justificou o sentido de voto dos Vereadores do PS proferindo a seguinte declaração: *“Nós encaramos estas tomadas de posição ou melhor a determinação destas taxas e impostos como matéria de gestão orçamental, e é nesse pressuposto que determinámos aqui o nosso sentido de voto.*

Entendemos que estas matérias são um ónus de quem está no exercício de funções. O que não quer dizer, e isto é importante, pedimos que fique em ata desta forma, que não concordemos, nomeadamente com o não lançamento de derrama, porque achamos que isso é de facto um fator diferenciador e, portanto, naquilo que deveria ser uma estratégia mais ampla de atração e captação de investimento, e portanto, dar nota aqui dessa posição.”

10. PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Ponto retirado da ordem do dia.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

11. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE, DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS

Presentes e-mails remetidos pelo Sport Castanheira de Pera e Benfica, a solicitar transporte e autorização para utilização dos balneários do Pavilhão Gimnodesportivo, no âmbito do Campeonato Distrital – 1.ª Fase – Série A – Infantis Sub 13, organizado pela Associação de Futebol de Leiria, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este no domínio das atribuições e competências do Município, conforme decorre do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da vice comunidade mais jovem;

Propõe-se que, à semelhança do que tem sido habitual, a Câmara Municipal delibere, na medida das suas competências e no limite dos recursos existentes e disponíveis no Município, dar deferimento ao pedido formulado, com isenção do pagamento das taxas devidas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

12. UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASTANHEIRA DE PERA E COENTRAL – FEIRA DA CASTANHA E DO MEL – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

Presente pedido formulado pela União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral para cedência do autocarro do Município nos dias 1 e 3 de novembro de 2019, a fim de transportar o Rancho Neveiros do Coentral para participar na Feira da Castanha e do Mel, no Coentral.

Considerando o interesse da iniciativa e a sua contribuição para a dinamização e divulgação do concelho, bem como para a promoção de alguns dos seus produtos endógenos;

Considerando que a atuação daquele grupo folclórico constitui um motivo de atração de visitantes para o evento em apreço;

Considerando o espírito de colaboração que deve presidir às relações institucionais e que tem sido fomentado por ambas as partes, com manifestos benefícios para o bem-comum;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, na medida das suas competências e no limite dos recursos existentes e disponíveis no Município, isentando a requerente do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

13. FICTA EDITORA | NO PONTO – EDIÇÃO DO LIVRO “A DOÇARIA PORTUGUESA - CENTRO” - APOIO

Presente e-mail da FiCTA Editora | No Ponto, a informar que o livro “A Doçaria Portuguesa – Centro, da autoria de Cristina Castro, no qual está patente a história da doçaria neste Concelho, está a ser ultimado e sairá da gráfica em dezembro próximo.

Nessa sequência, vem a solicitar informação sobre o número de exemplares que o Município pretende adquirir, como forma de apoio à investigação sobre a doçaria local.

Considerando que o projeto em apreço se reveste de manifesto interesse local, podendo contribuir para um melhor conhecimento do património gastronómico do concelho de Castanheira de Pera, bem como para a sua preservação divulgação, propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere proceder à aquisição de oito exemplares do livro em questão, no montante total de 264,00 € (duzentos e sessenta quatro euros), como forma de apoio ao mesmo.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

14. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. BISSAYA BARRETO – CLUBE DO AMBIENTE – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO NO MERCADO MUNICIPAL E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS

Presente ofício remetido pelo Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Clube do Ambiente, solicitando a concessão de um espaço no mercado municipal, no dia 26 de outubro de 2019, com isenção do pagamento das respetivas taxas, para divulgação de atividades que têm vindo a desenvolver e a venda de alguns produtos, com o propósito de recolher fundos para, à semelhança dos anos anteriores, realizar uma visita de estudo de final de ano – “Acantonamento”.

Presente também informação/análise técnica emitida pelo Fiscal Municipal em 24 de outubro de 2019, apreciando o pedido e manifestando-se em sentido favorável à pretensão da requerente no que respeita à disponibilidade do espaço no mercado municipal.

Assim, nos termos do n.º 1 do art.º 14.º do Regulamento do Mercado Municipal e da informação técnica suprarreferida, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a concessão da banca solicitada, bem como a isenção do pagamento das taxas devidas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

15. ADSL – AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SERRA DA LOUSÃ – CANDIDATURA À LINHA DE APOIO À VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DO INTERIOR – PEDIDO DE CARTA CONFORTO

Presente e-mail remetido pela ADSL - Agência para o Desenvolvimento da Serra da Lousã, em, 17/10/2019 informando que se encontra a desenvolver uma



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

candidatura que será apresentada à Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, designada "Turismo de Natureza na Serra da Lousã - Informação Turística e Qualificação do Território", cuja memória descritiva juntou em anexo, e solicitando nesse âmbito a emissão de uma Carta de Conforto que corrobore o alinhamento deste projeto com o quadro de atuação e estratégia de desenvolvimento do território definida pelo Município, reforçando as parcerias em prol da coesão territorial.

Considerando o papel desempenhado pela ADSL no que concerne ao desenvolvimento territorial da Serra da Lousã, nomeadamente na vertente turística;

Considerando a mais-valia que a implementação do projeto em apreço representa para este território, dando mais um contributo na divulgação, promoção e dinamização do mesmo;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento à pretensão da requerente, através da emissão de uma declaração, nos termos da minuta que se anexa e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

16. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 23 de outubro de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.603.360,96 € (dois milhões seiscentos e três mil trezentos e sessenta euros e noventa e seis cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.565.762,88 € (dois milhões quinhentos e sessenta e cinco mil setecentos e sessenta e dois euros e oitenta e oito cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 37.598,08 € (trinta e sete mil quinhentos e noventa e oito euros e oito cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.613.297,37 € (dois milhões seiscentos e treze mil duzentos e noventa e sete euros e trinta e sete cêntimos), valor que inclui o montante de 9.936,41 € (nove mil novecentos e trinta e seis euros e quarenta e um cêntimos) em documentos.

Tomado conhecimento.

17. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 17/10/2019 e 23/10/2019, registados sob os números 1410 e 1474 a 1485, no valor total de 53.447,92 € (cinquenta e três mil quatrocentos e quarenta e sete euros e noventa e dois cêntimos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

18. PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS 2020-2029

Na sequência da deliberação tomada em reunião ordinária deste órgão, realizada a 30/08/2019, foi o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2020-2029 (componentes não reservadas) submetido a consulta pública, através de publicação no Diário da República, 2.ª série, n.º 178, de 17 de setembro de 2019.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

O produto da referida consulta encontra-se plasmado no Relatório de Ponderação dos Resultados de Consulta Pública, elaborado pelo Gabinete Técnico Florestal, cuja cópia se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os devidos e legais efeitos.

Tendo-se verificado a participação de dois interessados durante o período da consulta pública, nos termos expostos no Relatório supramencionado, foi realizada uma reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, no dia 25/10/2019, no sentido de avaliar as pronúncias efetuadas.

No que concerne a uma das participações, a CMDFCI considerou que a mesma não tinha qualquer enquadramento no PMDFCI, pelo que não foi atendida.

No que respeita à outra participação, efetuada pela EDP Distribuição, a CMDFCI considerou que, pese embora a pertinência da mesma, não se revelava exigível a alteração do PMDFCI, nesta fase, de modo a acolhê-las, protelando, assim, para o momento de revisão deste instrumento de planeamento a introdução das sugestões apresentadas.

Nesses termos, e considerando, igualmente, a urgência da entrada em vigor do Plano em apreço, conforme imperativo legalmente fixado e ao qual não é também alheia a imprescindibilidade da sua existência como requisito para a formalização de candidaturas neste âmbito, a CMDFCI deliberou manter o PMDFCI 2020-2029 nos precisos termos em que foi submetido a consulta pública.

Em face do exposto, e conforme o estipulado pelo número 10 do artigo 4.º do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios em anexo ao Despacho n.º 443-A/2018, publicado em 9 de janeiro, na redação que lhe foi dada pelo Despacho n.º 1222-B/2018, publicado em 2 de fevereiro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2020-2029, nos seus precisos termos.

DISCUSSÃO:

Solicitou a palavra o Sr. Vereador António Antunes perguntando se os reparos realizados na reunião de 30 de agosto teriam sido considerados, tendo novamente elencado aquelas que teriam sido as suas chamadas de atenção, entre elas a questão da caça, de alguns quadros presentes nos cadernos, a ausência de inclusão da praia fluvial da Gestosa Fundeira, de menção às aldeias seguras, entre outros.

Tendo sido chamada a intervir, a Eng.ª Florestal Paula Carvalho clarificou que o diploma a ter em consideração na elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios estabelece um conjunto de regras de aplicação nacional, impostas pelo ICNF, sendo que algumas questões não têm nele enquadramento. Referiu que o Caderno I consubstancia um diagnóstico e uma caracterização geral do concelho e do que tem vindo a ser desenvolvido, para que depois se identifiquem algumas ações que se possam acolher e desenvolver. Exemplificou que, e atendendo aos reparos realizados pelo Sr. Vereador António Antunes, no que toca ao mapa de caça e pesca, este identifica três zonas específicas: zona de caça nacional, zona de caça municipal e ainda a zona de concessão de caça desportiva. Alertou que a não identificação da entidade tem razão de ser, uma vez que o Plano se deve cingir ao que é estático, e não tanto ao



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

que é dinâmico por forma a evitar que ao mudar a entidade, por exemplo, se tenha que alterar o Plano.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Antunes referiu-se ao parque de campismo “Quinta do Castanheiro”, tendo a Eng.^a Florestal frisado que os casos específicos devem ser evitados, uma vez que as regras são apertadas e carecerá de decisão da comissão municipal nesse caso. Para além disto, informou que a Proteção Civil comunicou que não emitirá pareceres escritos, uma vez que ao fazê-lo, e existindo um caso específico que terá que ser discutido em reunião da comissão, posteriormente ficará cingido àquele parecer. Ademais, referiu daquilo que conhece do parque, e atendendo à nova legislação sobre a matéria, o mesmo não consegue assegurar os 100 metros de faixa de gestão porque estas têm de constituir propriedade da entidade que gere o parque.

Clarificou que a Comissão pode até delimitar uma faixa menor, porque entende não existir risco de incêndio caso aquele perímetro seja cumprido, contudo, a partir do momento em que as coisas forem escritas pela comissão, deixa a mesma de ter grande espaço de manobra. Para além disto, informou que as faixas de gestão não se ligam com a perigosidade de incêndio, mas antes com a tipologia de infraestrutura e que, para além do mais, aquele parque consegue assegurar a faixa, no entanto, a área que se sobrepõe de faixa que deve ter e aquela que já está assegurada é precisamente no lote em que eles têm a sua propriedade.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Antunes manifestou compreensão sobre a razão que levou a que certas informações, que inicialmente considerou merecedoras de estarem contempladas naquele documento, não tivessem sido incluídas, desde logo porque há um conjunto de regras que devem ser respeitadas conforme consta daquele guia. Contudo, salientou, que continua sem entender por que razão não se incluiu a praia fluvial da Gestosa Fundeira no Plano em questão.

Prosseguindo, afirmou que naquela reunião questionou quem iria monitorizar o cumprimento, como seria o ordenamento funcional, mas que, entretanto, já entendeu que o Plano funciona como diretrizes. Por fim, questionou a razão de não estarem sinalizadas no Plano as aldeias seguras,

Na sequência, a Eng.^a Florestal respondeu que isso constitui uma competência da Proteção Civil.

Para concluir, a Eng.^a Paula Carvalho informou que nada invalida que haja uma futura revisão ao Plano e que então possam ser considerados os contributos oferecidos, até mesmo a identificação das zonas industriais.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

ENCERRAMENTO

18. ENCERRAMENTO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 20/2019

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2019

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezasseis horas e quarenta e seis minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____